



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000306243

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1028035-47.2023.8.26.0001, da Comarca de São Paulo, em que é apelante LETICIA ESTESSI DE LIMA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado CAO A MOTOR DO BRASIL LTDA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 33ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores LUIZ EURICO (Presidente) E SÁ MOREIRA DE OLIVEIRA.

São Paulo, 28 de março de 2025.

SÁ DUARTE

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

APELAÇÃO Nº 1028035-47.2023.8.26.0001

COMARCA: SÃO PAULO

APELANTE: LETÍCIA ESTESSI DE LIMA

APELADA: CAO A MOTOR DO BRASIL LTDA.

VOTO Nº 54.819

COMPRA E VENDA – Pretensão indenizatória do dano moral – Extinção do processo – Falta de interesse processual – Acordo firmado entre as partes – Cláusula de quitação geral – Ausência de abusividade – Decisão de extinção mantida – Apelação não provida.

Cuida-se de apelação interposta contra r. sentença de extinção do processo, sem exame do mérito, em que deduzida pretensão indenizatória do dano moral derivada de compra e venda de veículo, condenada a autora ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% do valor da causa, observada a gratuidade processual.

Inconformada, a autora sustenta que o acordo firmado com a ré, que prevê a impossibilidade de se socorrer do Poder Judiciário, é abusivo, violador das regras previstas nos incisos II, III, V, VII e XII, do artigo 39, do Código de Defesa do Consumidor, especialmente porque veda o direito de arrependimento insculpido no artigo 49, do Código de Defesa do Consumidor. Argumenta que somente anuiu ao acordo porque foi a única forma de obter alguma compensação pela “via crucis” enfrentada, em razão da conduta ilícita e abusiva da ré. Alega que houve publicidade enganosa da ré, que motivou a compra do veículo em questão que, posteriormente, soube conter vícios ocultos. Em razão do exposto, alega que faz jus ao recebimento de indenização do dano moral, em conta, especialmente, o desvio produtivo.

Recurso tempestivo, sem preparo (autora beneficiária da gratuidade processual) e respondido.

É o relatório.

A apelante alegou na inicial que, no dia 19.05.2022, adquiriu da apelada um veículo HYUNDAI/Creta, ano 2018, pelo preço de R\$ 103.760,00 que, segundo o laudo de vistoria entregue, estava em plenas condições de uso e devidamente regular. Asseverou que, quase um ano depois da compra, decidiu vender o veículo, quando, realizada nova vistoria, descobriu que ele havia sofrido colisão frontal, com troca de componentes não originais, o que não foi informado inicialmente, pelo que lhe foi proposto acordo de recompra que, a despeito de abusivo, foi aceito, em face da urgência no recebimento do dinheiro. Alega que os fatos noticiados lhe causaram dano extrapatrimonial, do qual pretende ser indenizada.

Na contestação, a apelada alegou não ser parte legítima para figurar no polo passivo, dado que o serviço de vistoria foi realizado por outra empresa. A despeito disso, asseverou que houve acordo entre as partes, em que se comprometeu a recomprar o veículo, devolvendo dinheiro à apelante, com a condição de que ela não ingressasse com demanda judicial ou desistisse de eventual demanda em curso, dando por quitado todo e qualquer dano derivado do evento noticiado. Impugnou a alegação de que o vício era preexistente à contratação, assinalando que o veículo era usado e foi adquirido no estado, pelo que a apelante assumiu o risco. Argumentou que não praticou nenhuma conduta apta a causar dano moral.

Como relatado, o processo em que deduzida a pretensão indenizatória foi julgado extinto, reconhecida a falta de interesse da apelante, ante o acordo firmado extrajudicialmente.

Correta a solução adotada na sentença, em nada abalada pelo alegado nas razões recursais.

Com efeito, todos os fatos que, em tese, seriam aptos a causar dano moral à apelante, relativos às condições da compra do veículo e a posterior descoberta de que havia sofrido colisão e sido reparado, ficaram superados com o posterior acordo firmado entre as partes, em que ela concordou com a recompra do veículo pela apelada, mediante devolução de valor que englobou os danos material, moral, lucros cessantes e honorários, conforme cláusula 16 (fl. 155).

Assim, tendo recebido a quantia ajustada, como é incontroverso, carece a apelante de interesse de agir, inclusive porque, aceitando os termos do acordo, renunciou a qualquer direito derivado do negócio em questão, nos termos da cláusula 11 (fl. 154).

Ao contrário do que a apelante sustenta, não se entrevê a alegada abusividade do referido acordo, com violações aos dispositivos legais mencionados, até porque, se assim fosse, não anuiria com seus termos, inconvincente a afirmação de que o fez porque necessitava do dinheiro para financiar um imóvel, além de insuscetível de viciar a vontade manifestada.

Fica, portanto, mantida a decisão de primeiro grau.

Por último, em face da instauração desta etapa recursal, da qual a apelante sai vencida, os honorários devidos ao advogado da apelada são majorados para 15% do valor da causa, observada a gratuidade processual.

Isto posto, voto não provimento da apelação, majorados os honorários devidos ao advogado da apelada, na forma acima explicitada.

SÁ DUARTE, Relator